

**FEDERAÇÃO PSOL/REDE  
PROGRAMA DE GOVERNO**

**PARA FAZER O RECIFE COM A CARA DA GENTE**

**QUEM É DANI PORTELA**

Eu sou filha da redemocratização do Brasil, mulher negra e mãe de Alice e Jorge. Digo isso sempre quando conto a minha história, porque ela se confunde com as consequências que a Ditadura Militar trouxe para a vida de várias pessoas. Sou filha por adoção de um ex-presos político da ditadura militar brasileira.

Fui ensinada desde cedo que tudo que eu aprendesse na vida, teria que ser compartilhado com a comunidade. Por isso eu me formei alfabetizadora pelo Método Paulo Freire, ainda na adolescência, e vivi a felicidade de proporcionar a diversas pessoas a possibilidade da leitura e da escrita. Depois me formei historiadora e advogada popular, e atuei durante muitos anos na defesa dos direitos das mulheres, da população negra, pessoas com deficiência e comunidade LGBTQIAPN+.

Entrei para a vida política por acreditar que posso colaborar para transformações sociais necessárias, em busca de um mundo mais justo e igualitário. E é isso que desejo para o Recife: que nossa cidade se transforme numa cidade justa, igualitária, onde todas as pessoas tenham o direito de ser escutadas e tenham pleno acesso aos direitos sociais básicos. Acredito que esse não é um desejo só meu, afinal de contas, todo mundo quer ser feliz e viver plenamente, não é?

Fui candidata a Governadora de Pernambuco em 2018 pelo PSOL, partido que integro desde 2016, sendo a mulher com a maior votação nominal para o cargo, até aquela eleição. Naquela campanha, fiquei conhecida como a “Mulher da Flor” e tenho muito orgulho desse codinome porque toda flor carrega uma semente e eu espero poder espalhar muitas sementes de liberdade e esperança.

Fui a vereadora mais votada do Recife nas eleições de 2020. Na Câmara de Vereadores, fui autora do projeto de resolução que criou a Comissão da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, da qual fui presidenta por dois anos. Entre as proposições apresentadas por mim e aprovadas na Câmara, destaco a Lei Municipal nº 18.963/2021, que dispõe sobre a proibição de homenagens a violadores de Direitos Humanos no Recife. Enquanto vereadora, travei diversas confrontos em prol de políticas de igualdade racial na Câmara Municipal, onde liderei a elaboração do PL de criação do Estatuto da Igualdade Racial do Recife (que foi considerado inconstitucional na CLJ da Câmara, mesmo sendo construído dentro de todos os parâmetros legais, a partir do Estatuto nacional, que é uma lei federal desde 2010). Atuei fortemente pela implementação de cotas raciais nos concursos e seleções públicas da Prefeitura, que já eram previstas na Lei Orgânica do município. Protocolo o PL nº 56/2021, que regulamentava o inciso XXI, do artigo 63, da Lei Orgânica do Município do Recife, para reservar à população da raça negra 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para provimento de cargos na estrutura da Administração Pública do

Município do Recife. Esse PL foi também rejeitado na Câmara Municipal, sendo considerado inconstitucional. Entretanto, não paramos a luta, seguimos pressionando o prefeito e em dezembro de 2023 foi sancionada a Lei nº 19.181, que estabelece que “ficam reservadas aos negros (pretos e pardos) e indígenas 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos efetivos”.

Hoje sou Deputada Estadual, eleita com mais de 38 mil votos, e na Assembleia Legislativa presido a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular e integro as Comissões de Direitos da Mulher e de Educação e Cultura. Desde a vereança, tenho minha atuação parlamentar definida a partir de uma identidade popular, antirracista, feminista, anti-LGBTfóbica, anticapacitista e anticapitalista. A atuação de nossa Mandata é sempre pautada no respeito a todas as pessoas, com suas identidades, suas crenças, seus sonhos e suas demandas por acesso a direitos.

O Recife nunca teve uma prefeita mulher, em toda a sua história de mais de quatro séculos. Quero ser a primeira prefeita de nossa cidade, porque acredito que um Recife melhor para todos é possível. Quero ver nossa cidade sair desse lugar de uma das campeãs em desigualdades no país e se tornar um lugar de justiça e igualdade, com oportunidades para todas as pessoas.

## **PARA CONSTRUIR UM RECIFE COM A CARA DA GENTE**

Este Programa de Governo é fruto de um extenso e intenso processo de diálogo com a população recifense. Nesse processo, participaram pessoas oriundas de 80 dos 94 bairros da cidade, de todas as 6 Regiões Político Administrativas (RPAs) do Recife. Ao longo dos 18 encontros realizados, tivemos a participação de cerca de 1.500 pessoas, que trouxeram mais de 600 propostas para construirmos o Recife com a Cara da Gente, totalizando 56 horas de escutas democráticas e participativas.

Nesses vários diálogos que fizemos com a população, reafirmou-se para nós a necessidade de construir para o Recife um projeto político cujo foco central seja assegurar o acesso a direitos e a redução das desigualdades. Estamos nos propondo a construir e implementar um projeto de cidade que tenha como objetivo melhorar a vida das pessoas. O que queremos é resolver os problemas do Recife real, que não aparecem no *instagram*.

O Recife tem hoje uma população de quase 1,5 milhão de habitantes, sendo a nona cidade mais populosa do Brasil e a terceira do Nordeste. Mais de 54% dessa população é composta por mulheres e cerca de 61% dos recifenses são negros e negras. O Recife real, sem filtro, é a 2ª capital mais desigual do Brasil e é também a segunda capital com a maior quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, com 11,2%. Nossa capital tem a segunda maior taxa de desocupação do país, com 15% da população desempregada<sup>1</sup>. O

---

1

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/desemprego-de-mulheres-e-negros-termina-2023-acima-da-media-nacional/> / <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/pernambuco>

Recife da informalidade, do desemprego, da falta de acesso a direitos trabalhistas, não é o Recife que queremos.

A economia do Recife está ancorada no setor terciário, com destaque para as atividades de comércio, serviços, turismo e logística. É o principal centro comercial do estado e oferta uma ampla gama de serviços para a população de toda a região Nordeste do Brasil. A atividade turística na cidade é forte, com destaque para o turismo histórico e praiano. Temos em Recife o Porto Digital, um dos mais importantes centros de tecnologia do Brasil, que se consolidou como uma referência na produção de softwares. O setor secundário tem uma participação muito pequena, especialmente porque as unidades fabris estão na Região Metropolitana. Destacam-se as fábricas de artigos químicos, navais, automobilísticos, farmacêuticos e alimentícios. Já o setor primário, é praticamente inexistente na cidade. Há uma pequena produção agrícola voltada para o abastecimento doméstico.

Sendo Recife uma cidade mercantil, é com tristeza que vemos o abandono do centro comercial do Recife. Sucessivas gestões municipais têm tratado o centro com descaso, sem investimentos que permitam manter o comércio em funcionamento. A sujeira, os prédios abandonados e a insegurança generalizada afastam ainda mais a população da área central da cidade.

A cultura de Recife é uma das mais diversas do Brasil e a música é uma de suas principais expressões, como o movimento manguebeat, famoso em todo o mundo. Manifestações como maracatu, coco de roda, ciranda, quadrilhas juninas, afoxé e frevo são elementos fundamentais de nossa identidade cultural. O Carnaval, maior evento festivo de Recife, atrai a cada ano milhares de turistas do Brasil e do mundo. A cidade possui ainda um rico artesanato tipicamente nordestino e uma culinária muito diversa. É preciso avançar em políticas culturais que garantam maior acesso a recursos para os fazedores de cultura popular, para reduzir as enormes desigualdades vivenciadas hoje nessa área. Valorização da Cultura passa por um modelo de gestão que não precarize a atuação dos vários segmentos culturais e que garanta sua manutenção ao longo de todo o ano.

Para enfrentar as desigualdades de raça, gênero e classe que afetam a população mais pobre e vulnerabilizada do Recife, as políticas a serem implementadas devem ter caráter transversal, integrando o conjunto das secretarias e órgãos de gestão. É preciso assegurar a necessária presença de mulheres e de pessoas negras no primeiro escalão, para além dos órgãos específicos de mulheres e de promoção da igualdade racial. Para isso, assumimos o compromisso de estabelecer um secretariado com paridade de gênero e de raça.

A descontinuidade nas políticas públicas é também um grave problema no modo de governar normalmente adotado nas cidades. Nesse sentido, nos comprometemos a dar continuidade aquilo que vem sendo exitoso, corrigindo o que não é eficiente e criando e implementando as medidas que são necessárias, mas ainda não estão estabelecidas.

Para enfrentar as desigualdades de raça, é fundamental o enfrentamento à vulnerabilização e à violência contra a juventude negra, considerando que se trata de um

problema estrutural, com dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas que impactam a população como um todo.

As mulheres são os pilares das famílias negras, pois garantem a sua manutenção; as mulheres negras são também o segmento mais vulnerável da nossa sociedade. Todas as políticas públicas deverão incluir ações dirigidas especialmente a esse segmento.

A transversalidade de todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e para a população negra é de fundamental importância, assim como a criação ou fortalecimento de estruturas permanentes que coordenarão a implementação dessas políticas. Para dar consequência a essa afirmação, assumimos o compromisso de criar uma Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e de fortalecer a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres.

## SAÚDE

Recife é a sexta pior capital do Brasil em termos de qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, com a saúde sendo identificada como o principal problema. De acordo com a Pesquisa de Qualidade dos Serviços Públicos: Capitais Brasileiras, em todos os aspectos avaliados sobre o sistema municipal de saúde, a resposta foi de insatisfação. Entre os pontos criticados estão: a falta de medicamentos, a pouca disponibilidade de médicos, o longo tempo de espera para consultas e exames, o número insuficiente de hospitais municipais, a falta de higiene e a baixa qualidade da infraestrutura das unidades de saúde.

O modelo de contrato de gestão com Organizações Sociais de Saúde (OSS) para administrar as UPINHAS em Recife tem sido alvo de críticas. As principais queixas são a falta de transparência e a forma inadequada como os relatórios de prestação de contas são produzidos, o que dificulta o controle social. Outro ponto criticado é a baixa qualidade dos serviços prestados, devido à ausência de padrões e à variação na qualidade entre as UPINHAS geridas pelas OSS. Além disso, a contratação de OSS para a gestão das UPINHAS representa a privatização do sistema de saúde no município, transformando a saúde em uma mercadoria nas mãos da iniciativa privada, que visa o lucro, muitas vezes à custa de um serviço ruim e da precarização das relações de trabalho.

A Prefeitura anunciou um aumento no número de equipes de saúde da família, mas a estrutura dos postos não acompanhou esse crescimento. Do mesmo modo, os dados do Relatório Anual de Gestão (RAG) - 2020 a 2023, apontam uma redução de 11% no número de equipes de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) entre os anos de 2020 e 2023. Portanto, é evidente que há um descompasso entre o quantitativo das equipes de saúde e a infraestrutura disponível para atender a população. Em paralelo, Recife atualmente enfrenta um grave problema de cobertura insuficiente de postos de saúde, com áreas inteiras de bairros e comunidades que se encontram descobertas. A falta de acesso aos serviços básicos de saúde leva muitas pessoas a não receberem atendimento adequado quando precisam, simplesmente por não pertencerem à área de abrangência de um determinado posto. Essa situação força os usuários a se deslocarem por grandes distâncias ou, ainda, a esperarem até

que suas condições de saúde estejam agravadas para, enfim, poderem procurar atendimento em unidades de pronto atendimento (UPAs), onde muitas vezes são apenas estabilizados e liberados sem uma solução definitiva para seus problemas.

Esta situação compromete gravemente o princípio de acesso universal e integral à saúde estabelecido pelo SUS. Sabe-se que a pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades já existentes, especialmente no que diz respeito à atenção básica. A redução da prioridade à atenção primária durante a crise sanitária revelou uma falsa ampliação da cobertura através de parcerias público-privadas (PPPs), que, ao invés de fortalecerem o sistema, acabaram por receber recursos para lucro privado às custas da negligência de serviços essenciais.

Além disto, a fragmentação das políticas de saúde se reflete na falta de diálogo entre a atenção básica e a vigilância em saúde, resultando em monitoramento deficiente e coberturas vacinais aquém do necessário. Essa desconexão não só compromete a resposta a emergências de saúde pública, como também deixa ainda mais vulneráveis grupos historicamente marginalizados, como indígenas, ribeirinhos e populações negras, diante dos impactos crescentes da crise climática. Para resolver esses problemas complexos, é urgente uma reavaliação das prioridades de investimento, com ênfase na integração efetiva das políticas de saúde pública, visando garantir o acesso equitativo e eficaz aos serviços essenciais para toda a população recifense.

#### **PROPOSTAS:**

1. Assegurar cobertura territorial completa no Recife, garantindo que as pessoas possam acessar postos de saúde próximos às suas residências, independentemente da situação de ocupação da moradia.
2. Diminuir o tempo de espera nos serviços de saúde, melhorar a distribuição de medicamentos pela rede municipal e facilitar o acesso a especialidades médicas, inclusive em situações de urgência.
3. Desenvolver uma política pública que integre as áreas de Educação e Saúde, focando na promoção da saúde preventiva, incluindo mapeamento das necessidades de saúde específicas da população, melhoria da qualidade e quantidade da merenda escolar, e garantia de acesso rápido a laudos para Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras particularidades que demandem suporte especializado para crianças e adolescentes.
4. Fortalecer as equipes de Atenção Básica (AB), proporcionando estrutura adequada, valorização dos profissionais e suporte administrativo necessário.
5. Efetivar a Política de Saúde Integral da População Negra, para garantir equidade no acesso e na qualidade do atendimento, prevenindo e enfrentando as manifestações de racismo institucional no âmbito dos serviços de saúde.
6. Capacitar profissionais de saúde para o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e/ou doméstica nas unidades de saúde e implantar a notificação compulsória, assegurando que os dados sejam registrados para o acompanhamento e o monitoramento pelos municípios.

7. Fortalecer a implantação do atendimento ao aborto legal nos hospitais municipais, incluindo a formação dos profissionais e ampliando a assistência humanizada e de qualidade para os casos de aborto inseguro
8. Incluir os temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde.
9. Assegurar a inclusão e o preenchimento pelos profissionais dos quesitos identidade de gênero e orientação sexual nos prontuários clínicos e nos demais documentos de identificação e notificação do SUS.

## EDUCAÇÃO

A Prefeitura não tem cumprido com sua responsabilidade de garantir o direito à educação pública de qualidade para crianças e adolescentes, sobretudo em relação à educação infantil. Em maio de 2024, a fila de espera era de 4.709 crianças para creches, mas o diálogo com muitas mães e pais aponta que essa realidade é ainda mais alarmante.

Um levantamento do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco do final de 2023, apontou que no Recife apenas 24% das crianças em idade para creche estavam matriculadas. Número muito abaixo da meta do Plano Municipal de Educação de alcançar até 2025 o percentual de 70% de crianças de até 3 anos matriculadas. No caso da pré-escola, a meta definida no Plano Municipal de Educação era de universalizar seu acesso até 2016. Entretanto, em 2023 essa cobertura ainda era de cerca de 85%.

As escolas do Recife, além de terem graves problemas de infraestrutura, também sofrem com a insuficiência de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) e de Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEEs), o que tem gerado sobrecarga e compromete a qualidade do atendimento. Outro problema é o não cumprimento da Política Pública de Educação Especial Inclusiva, pois as escolas têm atuado com um número de crianças maior do que o permitido por profissional na legislação vigente. Em muitos casos, os alunos têm sido colocados em “rodízios” devido à falta de AADEEs, ou seja, há um número de alunos que não frequenta a escola diariamente.

É necessário também mudar a forma como a Prefeitura trata os servidores da educação. O piso salarial foi aplicado apenas em 2024, após quatro anos de reajustes inadequados. Além disso, a gestão municipal faz uso excessivo de contratos temporários. No caso dos AADEEs, por exemplo, temos 441 contratados temporários, frente a 255 efetivos.

A gestão também tem optado por parcerias com creches conveniadas e fundações privadas, ao invés de expandir a rede pública e utilizar os recursos humanos da rede municipal e parcerias com universidades locais. Esse formato transfere recursos da educação pública para o setor privado e apresenta problemas de estrutura e política pedagógica.

A educação oferecida pela gestão atual está longe daquela que o Recife precisa. Nosso objetivo e prioridade é proporcionar uma educação libertadora e transformadora, para criarmos as bases de um futuro em que a nossa cidade seja menos desigual.

#### **PROPOSTAS:**

1. Ampliar o número de vagas em creches (rede própria) e na pré-escola até a universalização da oferta de vagas em toda a Educação Infantil e, após atingir a universalização de vagas, promover a substituição progressiva das vagas em creches conveniadas por creches próprias da Prefeitura.
2. Ampliar o número de profissionais AADEE e ADI, através de concurso público, até atender toda a demanda da rede municipal, além de promover a nomeação dos profissionais no cadastro de reserva do último concurso para professor e realizar novo concurso até o suprimento de todos os cargos vagos da rede municipal.
3. Realizar adequação da estrutura física das creches municipais e das escolas, considerando todas as necessidades físicas e pedagógicas desses equipamentos, em diálogo com os profissionais e pais de alunos das unidades.
4. Estabelecer um trabalho coordenado entre as Secretarias de Educação e de Saúde do município, para o atendimento dos alunos, especialmente com relação a programas de saúde bucal nas escolas e atendimento de crianças neuroatípicas, garantindo maior agilidade no diagnóstico das mesmas.
5. Corrigir a defasagem salarial dos profissionais de ensino e promover a reestruturação da carreira, com estímulo à formação continuada.
6. Efetivar o cumprimento da lei que estabelece presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas.
7. Criar uma Rede de Proteção para as mães das crianças atendidas em creche, com capacitação profissional, prioridade no atendimento à saúde e inclusão nos cursos de EJA.
8. Garantir alimentação qualificada, diversificada e balanceada para todos os estudantes das escolas municipais de ensino, construindo um cardápio diferenciado, que considere os hábitos, costumes e necessidades alimentares com três refeições diárias para os estudantes das escolas de tempo integral.
9. Assegurar formação continuada para todos os profissionais do magistério, com base nas necessidades e expectativas das escolas, dos gestores, docentes e servidores e das aprendizagens dos alunos, assegurando momentos de estudos no ambiente de trabalho, incluindo conteúdos sobre identificação e enfrentamento ao racismo, ao machismo e à LGBTQIA+fobia.
10. Implementar programas obrigatórios de formação de professores e professoras em torno das leis 10.639, 11.645 e 12.288, estabelecendo parcerias com universidades públicas ou por meio de contratação de especialistas com essa finalidade.
11. Fazer gestões para incluir no Plano Municipal de Educação a capoeira como conteúdo interdisciplinar no ensino Fundamental I, II e EJA.
12. Promover festivais escolares de capoeira, ampliando a visibilidade dessa manifestação cultural e a adesão, principalmente de crianças e jovens, respeitando-a e valorizando-a como uma prática cultural de grande valor social.

## TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Em nossa cidade, a taxa de desocupação de mulheres e da população negra fechou 2023 acima da média nacional. Enquanto o país alcançou o índice de 7,4% no último trimestre de 2023, a taxa das mulheres ficou em 9,2%. Já a dos homens, 6%. Essa comparação significa que o desemprego das mulheres é 53,3% maior que o dos homens. Pelo prisma racial, a população branca apresentou taxa de desemprego de 5,9%, enquanto a de pretos (8,9%) e pardos (8,5%) superaram a média nacional. Somos a terceira capital com maior índice de desocupação do Brasil. Ao longo dos últimos anos, o Recife apresentou percentual de ocupação inferior à média anual, atingindo 55,7%, enquanto o Brasil chega à marca de 57%.

Outro importante dado refere-se à taxa de informalidade: Recife é a quinta capital com maior taxa de informalidade no país, segundo dados levantados no quarto trimestre de 2023. Além disso, a cidade apresenta ao longo de toda a série histórica uma taxa de informalidade superior à média nacional. Esses dados revelam a grande vulnerabilidade a que se encontra exposta a força de trabalho na capital pernambucana.

O Recife foi também, nesse mesmo período, a quinta capital com menor rendimento médio entre os trabalhadores brasileiros, apresentando valor 9,62 % abaixo da média nacional. Esses dados, que já eram ruins, ainda pioraram neste ano: no 1º trimestre de 2024 houve uma queda de 3,13% no rendimento médio dos trabalhadores de Recife, em comparação com o 4º trimestre de 2023. Além disso, o rendimento médio no município foi 13,53% inferior à média nacional, no primeiro trimestre de 2024.

Não estamos falando apenas de números, mas de vidas. Estamos falando de pessoas que vivem em uma cidade com altos índices de informalidade, que não possui legislação para regular a ocupação da cidade pelo comércio informal. Uma cidade que não possui políticas específicas para geração de emprego e renda para a população negra; uma cidade frágil no que se refere a políticas de geração de emprego e renda para mulheres, em especial para as mulheres negras, transexuais e com deficiência, assim como não tem políticas de inclusão para a população LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho.

### PROPOSTAS:

1. Criar a Lei Geral de Proteção ao Comerciante Informal, construindo estratégias para a gestão da ocupação do solo, eliminando as apreensões arbitrárias e violentas de mercadorias e estabelecendo mecanismos de apoio para comerciantes que tiverem interesse em formalizar suas iniciativas ou ingressar no mercado de trabalho formal.
2. Ampliar as políticas públicas de qualificação, emprego e geração de renda para mulheres, população negra, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.
3. Estabelecer estratégias de enfrentamento ao racismo no mercado de trabalho e de estímulo à contratação de pessoas negras, como a previsão de cotas raciais dentro dos contratos firmados pela Prefeitura com fornecedores de produtos e serviços.

4. Ampliar medidas de incentivo ao cooperativismo e associativismo numa perspectiva da Economia Solidária.
5. Criar o Programa de Renda Básica do Recife.
6. Criar um programa de incentivo e proteção ao trabalho de pescadoras e pescadores artesanais, marisqueiras e outras categorias que trabalham nas águas, apoiando o beneficiamento e comércio de pescados e similares de comunidades tradicionais do Recife.
7. Criar um programa especial de formação para mulheres, com três focos: mulheres jovens, mulheres mães e mães de crianças com algum tipo de problema de saúde, todos voltados para estímulo ao empreendedorismo, com parceria com os projetos da área de Desenvolvimento Econômico.
8. Promover políticas de ação afirmativa nos concursos públicos e de seleção de trabalhadores e trabalhadoras no município.
9. Enviar projeto de lei à Câmara Municipal estabelecendo paridade de raça e gênero para estágios no serviço público municipal.
10. Estabelecer parcerias com os Institutos Federais, visando ampliar a capacidade técnica e profissional, sobretudo das mulheres e jovens.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com a precarização e o sucateamento dos equipamentos públicos, atender a grande demanda existente pelos serviços **da política pública de assistência social**, é hoje um dos maiores desafios da cidade do Recife. O caráter do trabalho da assistência social **está centrado no pilar do sistema de proteção social brasileiro, no âmbito da Seguridade Social. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão de proteção social pública.**

**De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social tem a responsabilidade de prover os mínimos sociais, na perspectiva de garantir o atendimento às necessidades básicas, tais como: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida e convívio social e familiar. A assistência social está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seu objetivo é garantir direitos aos indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. É imprescindível um conjunto integrado de políticas para reduzir as desigualdades do município. Recife é a segunda capital mais desigual do país, por isso é importante pensarmos em estratégias de atuação direta para redução das desigualdades da cidade.**

Quando se fala na ampliação dos equipamentos **socioassistenciais** e na territorialização desses serviços, estamos falando em mudanças no acesso para quase 1,5 milhão de munícipes, que em sua maioria não conseguem atendimento nos seus territórios. Podemos citar como exemplo os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS): o Recife tem 15 unidades, mas de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), considerando o número de habitantes da cidade, deveríamos contar com 24 desses Centros, ou seja, um CRAS para cada 5

mil famílias. A meta do Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 é de ampliar o número de CRAS para 17 e ainda não foi cumprida. É no CRAS que normalmente se dá o primeiro acesso das famílias e indivíduos aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social básica. É o CRAS que organiza a rede local de serviços socioassistencial.

No que se refere aos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), temos hoje apenas 4 unidades na cidade, número bem inferior ao estabelecido pela **Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS)**, que deveria ser no mínimo 23. É alarmante a falta de investimento nas unidades de assistência social, nos equipamentos e nas equipes de trabalho, e isso tem ligação direta **com a capacidade de** atendimento dos serviços prestados.

É importante avançar em estratégias de integração entre as diversas políticas, tendo em vista a realidade de desigualdades de afetam a maioria da população do Recife. É preciso operar a assistência a partir de uma compreensão não **apenas** de concessão de benefícios, mas de garantia de acesso a direitos sociais básicos (**programas, projetos, serviços e benefícios**). É fundamental valorizar e impulsionar estratégias de interseccionalidade do trabalho da assistência social com as políticas de educação, saúde, cultura, acesso ao trabalho e renda e segurança alimentar, em diálogo com os movimentos sociais, organizações e coletivos que trabalham na linha de frente no enfrentamento às desigualdades e à fome que atingem hoje a grande parcela da população recifense que vive abaixo da linha de pobreza.

#### **PROPOSTAS:**

1. Regulamentar a lei de benefícios eventuais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando o atendimento imediato em situações decorrentes de contingências sociais, assegurando cobertura territorial completa em toda a cidade do Recife.
2. Ampliar o orçamento da Assistência Social, para consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Recife, garantindo seus serviços, programas e a infraestrutura necessária.
3. Aumentar o número de CRAS, garantindo a expansão da cobertura territorial dos serviços de Proteção Social Básica, atendendo todas as áreas da cidade, com estrutura e equipes completas e pactuações entre gestão, usuários e trabalhadores.
4. Incluir com prioridade a população atendida nos equipamentos de assistência social no Programa de Renda Básica do Recife.
5. Implementar medidas de integração entre as políticas de Educação e Saúde, com a descentralização do Centro de Referência no Cuidado de Crianças, Adolescentes e Famílias Vítimas de Violência (CERCCA), que já realiza o atendimento psicossocial e acompanhamento psicológico dessas vítimas, assegurando a implementação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).
6. Realizar concurso público para advogados e advogadas, para provimento dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) e de acordo com o plano Municipal de atendimento socioeducativo do Recife, para

acompanhamento de adolescentes de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

7. Aperfeiçoar as estratégias de atendimento a pessoas usuárias de drogas, com foco na redução de danos e adoção de ações amplas de reinserção social, capacitação profissional, apoio psicossocial e de saúde geral.

### **Segurança Alimentar:**

8. Ampliar as ações de incentivo às hortas urbanas e periurbanas, agregando assistência técnica agroecológica e fomentando a organização do trabalho em associações e cooperativas.
9. Ampliar o consumo de alimentos saudáveis na merenda escolar e na alimentação de todos os serviços municipais, estimulando a produção agroecológica e orgânica de pequenos agricultores familiares, garantindo compras públicas para abastecimento dos equipamentos municipais.
10. Realizar um censo para verificar o real quantitativo e o perfil da população em situação de rua no Recife.
11. Assegurar o correto preenchimento do quesito raça/cor, o tratamento e divulgação desses dados, para que a política leve em conta na sua execução.
12. Incluir os quesitos “identidade de gênero” e “orientação sexual” em todos os formulários utilizados pelo município, para que se possa mensurar a população LGBTQIAPN+ que demanda acesso aos programas de assistência social.
13. Reestruturar os dois Centros POPs existentes na cidade, ampliando a capacidade de atendimento para cada usuário a pelo menos quatro visitas por semana e criando uma programação de atividades que inclua a oferta de capacitações rápidas, atividades lúdicas e de relaxamento.
14. Reestruturar e ampliar a rede de atendimento que inclui os Consultórios de Rua e os Consultórios na Rua e suas respectivas equipes.
15. Reestruturar o Programa ATITUDE.

## **HABITAÇÃO, SANEAMENTO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

### **Habitação:**

Uma política pública de habitação não se resume apenas à construção de moradias. É necessário, sobretudo, formular políticas de intervenção em comunidades periféricas que tenham como foco central a sua integração urbana com o restante da cidade. Em várias situações, a necessidade da população não é nova moradia, mas a melhoria de uma moradia que já existe.

É praticamente inexistente no Recife uma política de habitação de interesse social; o que existe é uma prática sistemática da Prefeitura de investimento em áreas de interesse do mercado imobiliário, que recebem a maioria dos investimentos de infraestrutura. Para além dos vários exemplos na área de moradia, pode-se destacar também a privatização de

parques públicos, através da concessão por 30 anos de parques como Santana, Macaxeira e outros. Em contraponto, o centro da cidade segue sem contar com a atenção da Prefeitura, com desocupação e abandono dos Pátios que guardam a memória das lutas e das manifestações culturais da população, especialmente do povo negro do Recife.

Recife tem um déficit de mais de 71 mil moradias. Cerca de 7 mil famílias recebem auxílio moradia num valor de 300,00 reais, sabidamente insuficiente para custear aluguel de moradia adequada. Em contraponto, existem 43 mil imóveis vazios, que poderiam ser adaptados para moradia popular. Desde o início desta gestão (2021), a Prefeitura investiu pouco mais de 150 mil reais em ações de manutenção dos habitacionais existentes ou na implementação de projetos habitacionais. Quando olhamos para 2023, este valor não ultrapassa 84 mil reais, mesmo tendo uma previsão orçamentária de 25 milhões de reais, segundo o Portal da Transparência do Recife<sup>2</sup>.

A cidade tem 546 Comunidades de Interesse Social (CIS), compostas por cerca de 300 mil imóveis, com infraestrutura urbana precária. Nessas CIS, vivem hoje cerca de 1 milhão de pessoas, dois terços da população total da cidade. Temos também na capital 75 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Essas áreas estão praticamente sem investimento público nos últimos 15 anos. Para além do pouco investimento, a Prefeitura tem promovido remoção de famílias que viviam há décadas em ZEIS, como o caso de Vila Esperança, pagando indenizações injustas. O que agrava o déficit de moradias na cidade.

Existem 206 mil pessoas vivendo em áreas de risco, ou seja, 14% da população do Recife. São esses os territórios mais afetados pelos impactos das mudanças climáticas e as medidas que vêm sendo tomadas pela gestão pública para enfrentar esses impactos têm criado uma política higienista de expulsão de pessoas pobres e negras de suas casas, sem que se garanta novas condições adequadas de moradia.

### **Saneamento Básico:**

O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, declarado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2010. O direito à água potável e ao saneamento básico está intrinsecamente ligado aos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à habitação. É responsabilidade do poder público assegurar esses direitos a todos os seus cidadãos e cidadãs, especialmente para as comunidades socialmente mais vulneráveis. O saneamento básico abrange o abastecimento de água, a coleta e o tratamento do esgoto, a gestão dos resíduos sólidos e a drenagem das águas pluviais, como definido pela Lei 11.445/07.

A insuficiência do saneamento impacta diretamente a vida das pessoas e afeta desproporcionalmente a população mais empobrecida da cidade, majoritariamente negra, que enfrenta cotidianamente condições insalubres e riscos à saúde. A ausência de saneamento colabora diretamente para os índices de doenças como diarreia, cólera,

---

<sup>2</sup><https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/2023/11/audiencia-discute-a-manutencao-dos-habitacionais-no-recife>

hepatite, verminoses, zika, dengue e chikungunya. A água parada (suja ou limpa) é o meio mais favorável à reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, causador da dengue. A falta de água em quantidade e qualidade adequadas faz a população precisar juntar água nos mais diferentes tipos de reservatórios, que em várias situações acabam se tornando criadouros do mosquito.

No que se refere à coleta de lixo e gestão de resíduos sólidos no Recife, a baixa taxa de cobertura do serviço de coleta seletiva, que abrange apenas 30% da população, representa um entrave para alcançarmos uma cidade socioambientalmente mais sustentável. Além disso, apenas 1,14% dos Resíduos Sólidos Urbanos coletados são reaproveitados, o que representa menos da metade da taxa de recuperação nacional (2,37%). A coleta de lixo é precária nas periferias da cidade, e isso é um dos fatores para o transbordamento dos canais quando chove. São problemas gerados pela falta de limpeza urbana e de um sistema de drenagem efetivo nos rios e galerias do Recife. Entre 2020 e 2022, verificou-se no Recife um aumento de 25,9% nas despesas com agentes privados no manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos. Entre 2020 e 2022, foi observado um aumento de 49,03% no custo unitário médio do serviço de coleta, chegando a 243,23 R\$/Tonelada, 45,62% acima do custo médio em Pernambuco (167,02 R\$/Tonelada) e 49,79% acima do custo médio no Nordeste (162,38 R\$/Tonelada), de acordo com o Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS 2022). Paga-se caro, mas os benefícios não chegam aos territórios periféricos da cidade, que são os mais afetados pelas consequências da ausência desse serviço.

Mais de 19 mil habitantes do Recife ainda não têm acesso à água e não foi registrado nenhum aumento da extensão da rede de abastecimento nos últimos cinco anos. Entre os anos de 2020 e 2022, foi registrado o aumento de 151% na quantidade de paralisações no sistema de distribuição de água e um aumento de 288% na duração total das paralisações. Observa-se alto índice de perdas na distribuição de água (60%) na nossa cidade.

No Recife, apenas 49,5% da população urbana é atendida pela coleta de esgoto. Nos últimos cinco anos, a população total atendida com esgotamento sanitário na cidade permanece estável nesse patamar muito baixo (menos da metade da população) e abaixo da cobertura nacional (56%). Esses dados informam que o esgoto de 752 mil recifenses não é coletado. Entre 2020 e 2022, praticamente não foi registrado aumento da extensão da rede de esgoto na cidade (apenas 0,15%). Também entre 2020 e 2022, foi observada uma redução de 10% no volume de esgoto coletado e no volume de esgoto tratado.

Apenas 67,85% das vias públicas são atendidas com drenagem de águas pluviais, ou seja, quando chove na cidade, um terço da água não tem por onde escoar. Os domicílios em situação de risco de inundação representam quase 13% dos domicílios do Recife, o dobro quando comparado ao estado de Pernambuco (6,4%) e o quatro vezes mais que o índice no Nordeste como um todo (3,2%). Existem em nossa cidade mais de 50 mil domicílios sujeitos a risco de inundação. Esse dado tem se mantido constante nos últimos anos. Observamos um aumento de 173% na despesa total do município com Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas. No entanto, ainda representa muito pouco diante do orçamento total do município (cerca de 1%). A questão que fica é "esse investimento tem sido suficiente para preservar vidas e trazer dignidade aos moradores de áreas de risco?"

## **Prevenção de Despejos e Regularização Fundiária:**

Recife tem mais da metade de sua população morando em comunidades e assentamentos que foram auto construídos. Por muitos anos, houve grandes lutas para que essas pessoas não fossem retiradas de suas casas. A regularização fundiária está contida no direito à moradia, porque a maioria desses terrenos ocupados são propriedade privada ou estatal, que não cumprem sua função social. Nos últimos anos, vem acontecendo inúmeras remoções de famílias de suas casas, sem a garantia de que elas tenham outro lugar para morar. Para que o processo de regularização fundiária aconteça, é necessário um estudo para saber da real necessidade de cada local: saneamento básico, infraestrutura, urbanização de maneira geral.

O atual Plano Diretor de Recife prevê que a regularização fundiária só aconteça em comunidades localizadas em ZEIS, o que ajuda a proteger essas áreas do mercado imobiliário. Contudo, terrenos que estão no limite de várias ZEIS, fogem às regras que protegem essas áreas e sua população. Isso acaba gerando situações em que esses terrenos são comprados e apropriados para outros usos e classes sociais. Isso é reflexo da forma como a gestão municipal lida com a pressão do mercado imobiliário na cidade. Uma política de habitação deve incluir maior proteção a esses territórios populares. A cidade não pode ser tratada como um mero negócio!

### **PROPOSTAS:**

1. Implementar um plano de reassentamento de famílias que seja executado antes da remoção, para que nenhuma família seja despejada por obra pública sem ter uma nova moradia próxima ao seu local de origem.
2. Promover a diversificação das modalidades de acesso a novas moradias, com compra assistida, permuta de imóveis, adensamento de quadras e lotes, pequenas unidades multifamiliares.
3. Utilizar prédios e imóveis vazios, localizados em áreas centrais, para produção de moradia popular.
4. Assegurar a instalação de creches, escolas e parques nas ocupações e comunidades da periferia.
5. Implementar a política habitacional municipal por meio de programas diversos que considerem as especificidades regionais e de seus beneficiários (grupos minorizados) como forma de garantir a permanência da população de baixa renda em áreas consolidadas.
6. Implantar o IPTU progressivo, para taxar de forma mais justa os imóveis utilizados para especulação.
7. Integrar o Direito à Moradia na política de assistência social para atendimento de grupos vulnerabilizados, incluindo a população em situação de rua.
8. Realizar a 6ª Conferência da Cidade do Recife e fortalecer o Conselho da Cidade, ampliando sua transparência e efetividade.
9. Priorizar a participação e o acompanhamento das ações de regulação e fiscalização sobre a prestação dos serviços, inserindo o poder concedente municipal nas definições da política, da gestão e do planejamento dos serviços públicos de saneamento básico.

10. Ampliar as políticas de saneamento básico, a partir de uma concepção de saúde preventiva, investindo na universalização do acesso à água potável e da coleta e tratamento de esgoto.
11. Aumentar o investimento em educação ambiental da população, destacando a importância da coleta seletiva e ampliar a implementação de melhorias na logística do recolhimento do material reciclável, com a ampliação dos pontos de coleta pela cidade, gerando mais engajamento da população em torno dessa questão.
12. Incentivar a formação e o aperfeiçoamento das cooperativas de catadores, para garantir a esses trabalhadores mais dignidade e, ao mesmo tempo, aumentar a taxa de recuperação de materiais recicláveis no Recife.
13. Universalizar a coleta seletiva de resíduos, ampliando parcerias com cooperativas e entidades de catadores de recicláveis, e viabilizar novos centros de triagem. Além disso, vamos estimular a compostagem do resíduo orgânico, tanto doméstico quanto os resíduos de poda e feiras livres, com criação de pátios de compostagem.
14. Revisar a legislação de regularização fundiária, para assegurar o direito fundamental à moradia para a população de baixa renda das ZEIS, das ocupações consolidadas e dos conjuntos habitacionais do Recife.
15. Converter todas as CIS em ZEIS.

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE**

Um dos significados do nome "Recife" é: formação rochosa, à flor da água ou submersa. Uma cidade que é rodeada por rios, mangues e mares não poderia ter outro nome. Entretanto, essa identidade que sempre nos orgulhou, se transformou em sinônimo de medo, frente aos recentes desastres climáticos que vêm ocorrendo na cidade. Em 2022, Recife foi uma das cidades mais afetadas pela maior tragédia climática do estado neste século. Mais de 50 pessoas morreram vítimas de deslizamentos de barreiras e enchentes e mais de 2 mil pessoas ficaram desabrigadas e perderam tudo. Essa tragédia poderia ter sido mitigada ou até mesmo evitada, se a cidade contasse com políticas públicas de urbanização e saneamento adequadas. A proporção dos desastres está diretamente ligada às profundas desigualdades que caracterizam o Recife.

Em 2019, foi lançada a "Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas e Estratégia de Adaptação do Município do Recife", durante a Conferência Brasileira de Mudança do Clima. Dois elementos importantes apresentados neste documento merecem destaque. O primeiro, é que já havia alertas de que o índice de risco climático (esse índice considera 5 ameaças: inundação fluvial, seca meteorológica, ondas de calor, doenças transmissíveis e deslizamentos), era maior nas RPAs 2, 5 e 6, que foram as mais afetadas em maio de 2022. E o segundo, é que no que se refere a deslizamento, esse risco se concentra nas RPAs 2 e 6, e o bairro do Ibura (localizado na RPA 6) teve em torno de 20 óbitos por conta do deslizamento de barreiras em 2022.

A crise climática é sentida de diferentes formas, dependendo da condição social de cada pessoa, assim como a condição econômica e a cor da sua pele. Um quarto da população recifense não tem acesso a esgoto adequado, são 340 mil pessoas, que

representa 23% da população total. Em 2024, o número de notificações de casos de dengue e leptospirose no Recife tem aumentado progressivamente. São os morros, favelas e periferias, constituídos majoritariamente por pessoas negras, que desde sempre são afetadas pelo racismo ambiental. No ranking das cidades que estão mais vulneráveis à mudança do clima no mundo, elaborado pelo Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), Recife ocupa a 16ª posição, além de ser a quarta cidade do Brasil com maior risco até agora é a capital brasileira mais impactada pelo avanço do nível do mar.

A implementação de políticas para mitigação de risco é uma demanda mais que urgente, já que não estamos mais pensando em soluções para o futuro, mas para o presente. O controle social da política ambiental não pode ser apenas um debate teórico, deve ser uma prática cotidiana. Os movimentos sociais devem ser incluídos nos processos de construção e execução, e as comunidades atingidas precisam ser consultadas. É possível implementar políticas que priorizem a permanência nos territórios, especialmente quando falamos de comunidades tradicionais, dos povos de terreiros e a relação que essas pessoas cultivam com a natureza. Essas comunidades desenvolvem a cada dia tecnologias próprias de sobrevivência que não podem ser desconsideradas. Queremos uma Adaptação às Mudanças Climáticas que seja antirracista, feminista e popular, garantindo uma cidade segura para todas as pessoas!

#### **PROPOSTAS:**

1. Ampliar o investimento em medidas de adaptação às mudanças climáticas, com obras de infraestrutura e melhoria das moradias, de modo a reduzir os riscos de inundação em Recife.
2. Construir um Programa de Monitoramento das Mudanças Climáticas, em parceria com a UFPE e UFRPE, acompanhado da criação de um Comitê Permanente de Gestão de Riscos de Desastres.
3. Investir em formas sustentáveis de prevenção de desastres, para além das obras de muros de contenção nas barreiras, realizando estudos detalhados dos problemas de drenagem, combinados com obras de escoamento das chuvas e soluções baseadas na natureza.
4. Criar uma “Política de Comunicação do Risco” detalhada e atualizada, para informar à população como proceder e para onde ir, quando receber um alerta de risco.
5. Incluir o quesito raça/cor nos levantamentos de dados sobre as vítimas impactadas pelo racismo ambiental, como deslizamento de barreiras e inundações.
6. Incorporar nas políticas de assistência social o auxílio para famílias vítimas de desastres climáticos.
7. Incorporar na legislação vigente dispositivos de responsabilização de empresas e indústrias que poluem a cidade.
8. Ampliar e fortalecer a participação e o controle social nas discussões e decisões sobre as políticas públicas ambientais.
9. Adaptar a infraestrutura da cidade para definir áreas alagáveis, ou seja, com grande volume de água, onde o escoamento ocorra de forma segura e garantir limpeza contínua de galerias e drenagem de rios e canais.
10. Investir na atualização dos dados e execução do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas.

11. Garantir a transparência dos dados de desabrigamento, mortes, desabamentos, enchentes e demais eventos climáticos produzidos pela Defesa Civil e intensificar as campanhas de divulgação dos contatos e abrigos públicos da cidade.
12. Retomar um programa de monitoramento e gestão do risco que assegure a vida das pessoas que vivem em área de risco.
13. Criar Corredores Verdes, arborizando vias e áreas públicas, especialmente nas ilhas de calor urbanas, utilizando tecnologia para monitorar a saúde das árvores e para tornar mais eficientes os serviços de poda e manejo.
14. Realizar a manutenção e a divulgação das árvores tombadas.
15. Atualizar o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa da Cidade do Recife, para que subsidie os planos e projetos de infraestrutura urbana e todas as políticas setoriais.
16. Expandir a cobertura da coleta seletiva nos bairros, atuando em conjunto com uma Política de Educação Ambiental, incentivo à coleta e destinação sustentável dos resíduos, pontos de descarte distribuídos por toda cidade, especialmente nas ZEIS e CIS.

## MOBILIDADE URBANA

Recife enfrenta sérios desafios na mobilidade urbana, que impactam a qualidade de vida de seus habitantes e o desenvolvimento econômico da cidade. O sistema de transporte público é amplamente criticado por sua ineficiência. Desde 2022, a frota de ônibus caiu de 2.301 para 2.118 veículos (uma diminuição de 183 unidades), aumentando o tempo de espera para passageiras e passageiros, e a precarização para trabalhadoras e trabalhadores. A situação é agravada pela falta de renovação da frota, o envelhecimento dos ônibus, o calor, a superlotação e os frequentes atrasos, mesmo com um aumento de 24% nos subsídios governamentais.

O sistema de BRT ("Via Livre") também está precarizado, com veículos desgastados e estações sem ar-condicionado desde 2020, piorando as condições para usuários do serviço. A infraestrutura cicloviária, apesar de ampliada, possui ciclofaixas sem proteção adequada, o que desencoraja o uso das bicicletas e coloca Recife atrás de outras capitais brasileiras em termos de qualidade cicloviária.

Os problemas de congestionamento na cidade também são bastante críticos. Recife apresenta o pior desempenho do Brasil em termos de perda de tempo no trânsito, com 116 horas anuais perdidas em engarrafamentos e um índice de congestionamento de 51%, um dos piores do mundo. Esse quadro revela uma verdadeira crise de mobilidade urbana na cidade, com fatores que geram altos níveis de estresse para a população recifense.

Além dos problemas infraestruturais, a mobilidade urbana em Recife é afetada por questões sociais e ambientais. A cidade é vulnerável às mudanças climáticas e necessita de adaptações no sistema de transporte para incluir veículos de baixo carbono. Desigualdades raciais e de gênero também influenciam a mobilidade, com mulheres negras enfrentando deslocamentos 20% mais longos do que homens brancos. A segregação racial do espaço urbano, com a periferização das populações negras, o alto nível de insegurança, especialmente em relação ao assédio nos ônibus, e a precarização do transporte,

contribuem diretamente para que essas populações enfrentem viagens muito mais longas e em condições muito mais hostis. Todos esses elementos aprofundam desigualdades, pois fazem com que o sistema de transporte seja mais difícil e inseguro para as mulheres, sobretudo as mulheres negras.

Para abordar esses problemas, é essencial adotar uma perspectiva feminista, antirracista e de classe. Investir em transporte coletivo, público, seguro e de baixo custo é fundamental. Estudos mostram que 64% das pessoas acreditam que o uso de carro particular piora a mobilidade urbana, e 86% acham que o transporte coletivo deve ser incentivado. Medidas como renovar a frota de ônibus, melhorar a segurança e as integrações, expandir a infraestrutura cicloviária e implementar o Plano de Mobilidade Urbana (Lei Nº 18.887/2021) são essenciais para um sistema de transporte mais eficiente, sustentável e inclusivo.

### **PROPOSTAS:**

1. Renovar e expandir a frota de ônibus para garantir maior conforto e eficiência no transporte público, substituindo veículos desgastados e aumentando a quantidade disponível para reduzir a superlotação e melhorar a frequência.
2. Aprimorar e implementar o Plano Diretor Cicloviário, ampliando a infraestrutura cicloviária com ciclofaixas protegidas e interligadas para promover o uso seguro da bicicleta como meio de transporte, e de modo a conectar os bairros mais residenciais aos bairros onde o trabalho se concentra.
3. Realizar uma reforma abrangente nas estações de ônibus, incluindo melhorias na segurança com a presença de agentes, climatização, iluminação adequada e limpeza frequente.
4. Atualizar e executar o Plano de Mobilidade Urbana para melhorar a fluidez do trânsito, otimizar semáforos, criando e ampliando corredores exclusivos para ônibus, reduzindo o congestionamento e melhorando a eficiência do transporte.
5. Promover campanhas educativas e capacitação sobre tratamento com a pessoa idosa, com pessoas com deficiência, enfrentamento ao racismo e machismo, além de criar canais de denúncia eficazes e seguros para passageiros e passageiras.

## **CULTURA**

A cultura no Recife enfrenta desafios significativos, apesar de seu potencial e importância econômica. De acordo com dados do IBGE, a economia da cultura e das indústrias criativas no Brasil representaram mais de 3% do PIB em 2020, superando o setor automobilístico, que contribuiu com pouco mais de 2%. No entanto, esse setor vital é subvalorizado pela gestão municipal. O Fundo de Incentivo à Cultura, um instrumento fundamental para a valorização das iniciativas da sociedade civil, representa menos de 5% do total de recursos destinados à cultura em 2024, refletindo a falta de prioridade para essa área. É importante lembrar que em 2021, durante o auge da pandemia, a gestão de João Campos executou apenas 60% do orçamento destinado à cultura, em um momento crítico para os profissionais do setor.

A implementação, pelo Governo Lula, de legislações estratégicas como a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, foi um passo importante para apoiar a cultura, mas Recife precisa atualizar seu Plano Municipal de Cultura, para se preparar adequadamente para receber os recursos federais. O Auxílio Municipal Emergencial (AME) em 2021, do Carnaval e São João, com um teto de R\$10 mil por agremiação, somou apenas R\$5,2 milhões em despesas, enquanto o orçamento total da cultura para aquele ano ultrapassava R\$107 milhões. Esse auxílio foi insuficiente para atender a todos os envolvidos na produção cultural, especialmente durante a pandemia, e evidenciou a falta de apoio contínuo e abrangente. Para resolver essas questões, é fundamental resgatar tudo que já foi construído na cultura da cidade, avaliando convergências e divergências para identificar o que pode ser aproveitado.

Durante a gestão do ex-prefeito João Paulo, Recife desenvolveu o Programa Multicultural, uma iniciativa relevante que visava promover uma integração mais ampla da cultura. No entanto, essa abordagem foi deixada de lado, e atualmente, a política cultural na cidade é bastante fragmentada. A ênfase está nos grandes Ciclos Culturais, como o Carnaval, enquanto as ações de expressão cultural realizadas ao longo de todo o ano, principalmente nas periferias, são frequentemente negligenciadas. Problemas como a terceirização da organização dos eventos e a falta de transparência na gestão municipal são preocupantes. Além disso, a disparidade entre os cachês pagos a atrações locais e nacionais evidencia uma falta de valorização dos artistas locais.

Equipamentos culturais essenciais, como o Teatro Apolo, continuam fechados, e o Cineteatro do Parque, apesar de reaberto, carece de uma programação regular. É essencial fortalecer o Conselho Municipal de Cultura e promover a participação popular na definição do orçamento para garantir uma gestão cultural mais inclusiva e eficaz, que respeite e valorize toda a diversidade cultural do Recife.

#### **PROPOSTAS:**

1. Integrar a cultura como eixo central das políticas públicas do Recife, implementando uma abordagem de apoio contínuo que vá além dos grandes Ciclos Culturais, para assegurar que todas as expressões culturais sejam valorizadas e sustentadas durante todo o ano, inclusive com integração com outras pastas, como Educação, Assistência Social e Saúde.
2. Democratizar o acesso aos recursos da cultura e simplificar os processos burocráticos dos editais e festivais, garantindo que todos e todas possam participar de maneira equitativa, priorizando linguagem acessível e facilitando o acesso aos equipamentos culturais públicos.
3. Ampliar o financiamento e os recursos destinados à cultura, implementando novas formas de apoio financeiro que ofereçam suporte contínuo aos trabalhadores e trabalhadoras culturais, através do mapeamento e a inclusão de artistas independentes em festivais e outras oportunidades culturais, para promover uma distribuição mais equitativa dos recursos.
4. Fortalecer as Escolas de Frevo e João Pernambuco, e integrar a arte-educação ao programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), para democratizar o acesso, a participação e o desenvolvimento das práticas culturais na cidade.

5. Mapear e melhorar a acessibilidade nos equipamentos culturais do Recife e utilizar imóveis desocupados para instalação de novos espaços culturais, assegurando que a infraestrutura cultural da cidade atenda às necessidades da população.
6. Adotar o conceito de "arranjo colaborativo" para abordar a economia criativa de forma inclusiva, e convidar instituições afins para debater e estabelecer estratégias para o enfrentamento ao racismo institucional, seguindo o exemplo do Tribunal de Contas do Estado (TCE).
7. Promover políticas para setores ainda não inseridos nas políticas culturais da cidade, como Gastronomia, Tecnologias, Audiovisual e Povos e Comunidades Tradicionais, assim como garantir as respectivas representações no Conselho Municipal.
8. Criar salas populares de cinema em toda a cidade, com a revitalização de antigos cinemas de bairros, incentivando também a criação de cineclubes nas escolas municipais.
9. Fortalecer e/ou resgatar atividades culturais promovidas em parceria com o movimento social, a exemplo do Projeto Terça Negra, feiras de artes e exposições nas comunidades.
10. Revitalizar a biblioteca da Fundação de Cultura e promover uma política de livro, leitura e bibliotecas, numa parceria permanente entre a Secretaria de Educação, Bibliotecas Populares e o movimento social da cidade.
11. Promover uma política de valorização dos equipamentos culturais da sociedade civil, seus espaços de manutenção de tradições culturais, fruição da produção cultural e artística, e de formação cultural existentes tanto na região central do Recife como nas periferias, valorizando suas especificidades, promovendo intercâmbio cultural, preservação da memória, turismo e inclusão social.
12. Estimular as manifestações culturais das juventudes negras, com editais específicos para fomento de expressões destas juventudes, tais como: os elementos do hip hop (rap, grafite, break), o funk, os slams e os saraus das periferias.

## **AGROECOLOGIA E AGRICULTURA URBANA**

A Agroecologia tem na sua centralidade a sustentabilidade econômica, ecológica, social, cultural, política e ética, sendo uma abordagem que busca garantir o desenvolvimento necessário para as cidades, sem abdicar da proteção e manutenção dos recursos naturais, da soberania e segurança alimentar e nutricional e a garantia da dignidade dos povos. Pensar a cidade do Recife numa perspectiva agroecológica é fundamental para o enfrentamento à fome e à insegurança alimentar. A implementação dessa política deve se dar de forma a transversalizar outras políticas públicas, como habitação, saneamento básico, saúde, educação, cultura e meio ambiente. A agroecologia pressupõe ainda a participação e o engajamento dos sujeitos que desenvolvem as práticas nos territórios, seguindo um processo sócio-pedagógico onde a construção coletiva é estrutural, como se pode verificar nos mutirões agroecológicos, que envolvem troca de saberes, troca de sementes e mudas, intercâmbio de experiências.

É relevante destacar que Recife tem índices de urbanização de quase 100% em vários territórios, portanto, o que se propõe é uma política de agroecologia urbana, garantindo não

apenas o fortalecimento das hortas comunitárias e dos quintais produtivos, como também a promoção de mudanças na lógica de consumo, tudo isso associado a um programa de combate à fome e construção da soberania e segurança alimentar e nutricional, o que colabora ainda para a preservação da mata atlântica, bioma característico do Recife.

A prática da Agricultura Urbana em Recife é hoje composta por uma rede de experiências diversas, com protagonismo da sociedade civil, especialmente de mulheres, em sua maioria negras e periféricas, que entrelaçam a produção de alimentos em hortas comunitárias e escolares, quintais produtivos urbanos em residências, pomares urbanos, farmácias vivas, roçados, plantio nas calçadas e quintais suspensos, com o enfrentamento à fome, ao racismo, ao machismo e a todas as formas de violência. A construção de uma política de agricultura urbana de base agroecológica é motivada pelo desejo de construir uma outra forma de estar na cidade.

É papel da gestão municipal fomentar políticas públicas que melhorem as condições de vida das pessoas. As práticas agroecológicas só são exitosas quando alicerçadas na participação popular, portanto, é fundamental que a gestão municipal fomente, financie e incentive ações que envolvam diversas áreas da estrutura de governança municipal. Uma cidade boa para todas as pessoas se desenvolve a partir da pluralidade de ideias, da capacidade de inovação e do enfrentamento às desigualdades de classe, gênero e raça, sendo a agroecologia uma importante aliada para alcançarmos esse feito.

#### **PROPOSTAS:**

1. Revisar e implementar o Plano Municipal de Agroecologia, em diálogo com o Plano Diretor da Cidade, fomentando a agricultura urbana nos diversos territórios.
2. Investir em assessoria técnica multidisciplinar para orientar a população na construção de espaços produtivos e difundir práticas de compostagem.
3. Criar um Fundo Municipal de Agricultura Urbana de base agroecológica.
4. Fortalecer as feiras agroecológicas, os circuitos curtos de comercialização e promover campanhas de educação alimentar e consumo consciente.
5. Fortalecer o projeto dos Quintais Produtivos de mulheres, para assegurar o plantio e a distribuição de alimentos para as pessoas vulnerabilizadas de cada território.

#### **POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

O Recife que a gente quer é um Recife que seja melhor para as mulheres, principalmente, para as mulheres negras, pois quando isso se tornar realidade, nossa cidade será melhor para todas as pessoas. Recife merece uma gestão que trate as pautas trazidas pelas mulheres não como um recorte, mas como elemento central para a elaboração e implementação de todas as políticas públicas municipais. É importante destacar que a população recifense é formada por 54,1% de mulheres, sendo 59,74% delas mulheres negras. Mesmo sendo maioria da população, o Recife nunca teve uma prefeita mulher.

Na segunda capital mais desigual do país, são as mulheres que estão em situação de maior vulnerabilidade social. Estamos falando da primeira capital a comemorar a paridade entre homens e mulheres na composição do secretariado da Prefeitura, porém, esse avanço não se traduziu em prioridade para as mulheres nas políticas públicas, nem em estratégias de superação das profundas desigualdades de gênero que marcam o Recife.

No ano de 2022, por exemplo, a cidade registrou um total de 17.482 contratações por vínculo celetista, e destas admissões apenas 36% foram de mulheres, o que sinaliza que as mulheres de Recife estão em sua maioria na informalidade, no subemprego ou na desocupação.

Se compararmos o total de recursos destinado à Secretaria da Mulher do Recife para os anos de 2018 a 2021, com o orçamento destinado pelo atual prefeito para os anos de 2022 a 2025, constata-se uma drástica redução de 43%, o que sinaliza a pouca importância dada pela gestão às demandas das recifenses por políticas públicas e acesso a direitos.

As mais de 805 mil mulheres recifenses têm apenas o Centro de Referência Clarice Lispector como equipamento de referência da cidade para atender mulheres em situação de violência. Na cidade com maior número de feminicídios de Pernambuco, um único equipamento de atendimento com certeza não dá conta da demanda do município, inclusive porque este mesmo equipamento passa por dificuldades estruturais, orçamentárias, de composição de equipe, entre outras.

Por acreditar que o Recife pode ser uma cidade melhor para as mulheres, estamos assumindo o compromisso de avançar nas políticas públicas para as mulheres. Avante por um Recife feminista, antirracista e popular e não esqueçamos que nada sobre nós, sem a nossa participação!

#### **PROPOSTAS:**

1. Criar equipamentos com equipes multidisciplinares, que ofereçam atendimento psicossocial e jurídico para mulheres vítimas de violência, promovendo fortalecimento e assegurando o acesso a direitos para essas mulheres.
2. Implementar uma Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher.
3. Priorizar mulheres, especialmente mulheres negras, no acesso a programas de habitação, trabalho, emprego e renda e de acesso ao ensino superior.
4. Garantir que as dimensões de gênero e raça sejam incorporadas na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de todas as políticas públicas do município.
5. Ampliar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres;

De acordo com o Censo 2022, cerca de 54% da população do Recife é composta por mulheres e mais de 57% desta população é negra. A maioria da nossa população é de mulheres negras.

O Recife real, sem filtro, é a 2ª capital mais desigual do Brasil, e a maioria das pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza são pessoas negras, em especial mulheres negras chefes de família.

Uma das principais lutas de Dani Portela na Câmara de Vereadores do Recife foi pela implementação de cotas raciais nos concursos e seleções públicas da Prefeitura. Propôs o PL nº 56/2021, que regulamentava o inciso XXI, do artigo 63, da Lei Orgânica do Município do Recife, para reservar à população negra 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para provimento de cargos na estrutura da Administração Pública do município. Em dezembro de 2023, foi sancionada a Lei nº 19.181, que estabelece que “ficam reservadas aos negros (pretos e pardos) e indígenas 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos efetivos”.

Recife é a cidade em que, em 2022, 100% das pessoas mortas pela polícia, eram negras, em sua maioria, jovens. Na contramão da garantia da vida desses jovens, o prefeito anunciou que pretende implementar o armamento da guarda municipal da nossa cidade. Esta decisão impacta diretamente a vida da população negra. Não precisamos de mais armas apontadas para os nossos jovens, precisamos de uma gestão municipal que invista em políticas de saúde, educação, emprego, habitação, lazer, entre outras; queremos políticas que promovam a vida da população, em especial dos jovens negros.

Durante a gestão de João Campos, pouco avançamos no que se refere às políticas de igualdade racial em nossa cidade. A Gerência de Igualdade Racial que existe na estrutura da Prefeitura não tem equipe e nem orçamento suficiente para cumprir sua missão de assegurar a incorporação da perspectiva racial e o enfrentamento ao racismo institucional em todas as áreas da gestão municipal. Entendendo que sem recursos financeiros e humanos não se faz política pública, estamos assumindo, neste Programa de Governo, o compromisso de criar uma Secretaria de Igualdade Racial, com a garantia de equipe e orçamento adequados para sua plena atuação.

#### **PROPOSTAS:**

1. Criar a Secretaria Municipal de Igualdade Racial, com equipe e orçamento adequados para uma atuação firme e competente no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade.
2. Recriar o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), garantindo sua plena implementação em todas as áreas da gestão municipal.
3. Atualizar e implementar o Plano Municipal de Igualdade Racial e transformá-lo em lei.
4. Avançar na implementação da lei de cotas nos concursos públicos.
5. Fortalecer o GTERER, para avançar na implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, ampliando o investimento na formação de professores e professoras para uma educação antirracista.

6. Mapear as diversas manifestações de Cultura Negra e Afrobrasileira do município, para definir medidas de valorização e apoio à atuação desses grupos culturais.

## **POLÍTICAS PARA AS JUVENTUDES**

A cidade do Recife tem mais de 314 mil jovens, o que significa 21% da sua população total, de acordo com o Censo 2022. O Estatuto da Juventude (Lei Federal 12.852/2013) estabelece que podem ser classificadas dessa forma todas as pessoas com idade de 15 a 29 anos. Na última década, o número de jovens tem diminuído progressivamente no Brasil e no estado de Pernambuco; em Recife não é diferente, pois, segundo o Censo 2010, a população jovem da cidade era de mais de 396 mil, que equivalia a 26% da população total. Isso significa que, num intervalo de 12 anos, entre os dois Censos, a juventude do Recife diminuiu 5%, mais que a média nacional e estadual.

A proporção entre os sexos feminino e masculino é semelhante, entretanto, a taxa de mortalidade entre homens é significativamente maior do que entre mulheres, principalmente no que se refere aos jovens negros, LGBTQIA+ e moradores de periferia. Jovens do sexo masculino, entre 20 e 24 anos, têm 11 vezes mais chance de sofrerem uma morte violenta, de acordo com o Atlas da Juventude 2021. De acordo com o Atlas da Violência 2024, Recife é a terceira cidade do estado com o maior número de homicídios. O número de diagnósticos de quadros depressivos e o aumento do número de suicídios em jovens no pós-pandemia sinalizam de forma urgente a necessidade de um olhar integral e cuidadoso com a juventude.

A cada dia cresce o número de jovens que não trabalham e não estudam, denominados de geração “nem-nem”. Em 2023, Recife foi a capital com a terceira maior taxa de desocupação, chegando a 11,9%, sendo o desemprego visto como o principal problema enfrentado pela população. A juventude é diretamente afetada por essa situação: a maioria dos estágios formais tem como valor base uma remuneração entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00, valor que é utilizado para transporte, alimentação e, em algumas situações, ajuda até a pagar aluguel e outras despesas da casa, refletindo uma realidade que atinge a maioria dos jovens que moram em periferias. Os cursos profissionalizantes e técnicos oferecidos gratuitamente, que não são suficientes para a demanda atual, quando possuem bolsa, são em média R\$250,00, o que faz com que muitos jovens optem por trabalhar, ao invés de estudar. E na maioria das vezes, por não ter idade suficiente ou por não ter concluído os estudos, começam a trabalhar de forma precarizada ou na informalidade.

O Recife com a cara da gente, é uma cidade que escuta, acolhe, constrói com os jovens e dá prioridade a eles na definição do orçamento. É o Recife que sabe que é a juventude negra que ocupa os vagões de metrô, ônibus e ruas da Avenida Conde da Boa Vista como trabalhadores informais. Que as mulheres jovens quando engravidam, em sua maioria, se vêem obrigadas a abandonar a escola ou o ensino superior, pela ausência de políticas públicas que apoiem as mulheres mães, sobretudo mães solas e que não possuem rede de apoio. Que a juventude LGBTQIA+, sobretudo as mulheres trans e travestis, são abandonadas pela família e muitas vezes colocadas para fora de casa, violentadas e até

mesmo mortas só por serem quem são. Que as juventudes indígenas, ribeirinhas e quilombolas que vivem em contexto urbano são frequentemente invisibilizadas e precisam que as políticas públicas dialoguem com suas especificidades. Que os jovens PCDs precisam que a cidade seja inteiramente inclusiva, para a garantia de sua autonomia e dignidade.

A juventude do Recife quer e precisa viver a cidade plenamente, não ser vítima de violência policial nas batalhas de passinho ou nas ocupações. Se a juventude é vista como um sujeito político importante para a transformação da sociedade, é fundamental que também sejam vistos como sujeitos de direitos e que precisam estar na centralidade de uma gestão realmente comprometida com o futuro. A juventude só será o futuro da nossa cidade se antes, ela for o presente.

#### **PROPOSTAS:**

1. Assegurar estrutura adequada e orçamento para a Secretaria de Juventudes do Recife.
2. Implementar o Passe Livre Universal para os jovens (todas as pessoas com idade de 15 a 29 anos, de acordo com a Lei Federal 12.852/2013).
3. Investir em políticas de acolhimento para a juventude indígena, quilombola e ribeirinha que vem do interior para estudar e fazer tratamento médico no Recife.
4. Implementar políticas que garantam as condições necessárias para jovens mães voltarem a estudar, sobretudo as mães atípicas e as mães solo.
5. Investir em programas de acolhimento para a juventude em situação de rua e usuária de drogas.
6. Promover cursos profissionalizantes para as juventudes em todas as RPAs com bolsa permanência.

#### **POPULAÇÃO LGBTQIAPN+**

Quando pensamos em direitos para as pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, gênero queer, intersexuais, assexuais, pansexuais ou não binárias, ainda estamos almejando a garantia do direito à vida, premissa básica já assegurada pela Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 5º. Segundo o dossiê divulgado pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, durante o ano de 2021 ocorreram 316 mortes de pessoas LGBTQIAPN+ de forma violenta; dessas mortes, 285 foram assassinatos e 26 foram suicídios. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), aponta que apesar da queda no número de ocorrências de assassinatos, o estado de Pernambuco permanece no ranking dos 7 estados mais letais para esses grupos. A cidade do Recife concentra grande parte dos casos de violações sistemáticas por homotransfobia, especialmente contra as pessoas transexuais, transgêneros e travestis. Para além do direito à vida, a população LGBTQIAPN+, ainda luta por condições mínimas de existência, tendo em vista que não tem acesso sequer aos direitos sociais básicos.

A falta de políticas de enfrentamento às violências de raça e gênero no ambiente escolar é a principal causa para o alto índice de evasão da população LGBTQIAPN+. A saída

precoce da escola colabora para que esta população não acesse uma qualificação profissional que lhe garanta condições de ingressar no mercado de trabalho, o que faz com que a maioria esteja em subempregos, na informalidade precária ou sobrevivendo da prostituição.

A Política Nacional de Saúde LGBT foi oficializada em dezembro de 2011, como um marco importante no reconhecimento das demandas desse grupo, mas após mais de uma década, sua implementação ainda é insuficiente. Os poucos equipamentos de saúde e cuidado coletivo que atendem a população LGBTQIAPN+ ainda carecem de equipes corretamente treinadas, equipamentos, insumos, manutenção e suporte adequado. Os ambulatorios para a população LGBT+ são insuficientes, resultando na falta de atendimento e na superlotação.

No tocante à saúde mental dos jovens e crianças com orientação sexual LGBTQIAPN+, as políticas públicas no Recife não garantem o exercício pleno da cidadania dessas pessoas, expondo-as à violência institucional em todos os seus níveis. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são equipamentos com funcionamento precarizado. A Casa de Acolhimento Roberta Nascimento, foi criada com o objetivo de ser um local de apoio, segurança e fortalecimento para pessoas LGBTQIAPN+, a partir dos serviços oferecidos pela rede municipal de Assistência Social. A Casa deveria prestar atendimento em horário integral, oferecendo seis refeições diárias, além de profissionais qualificados tais como psicólogo, assistente social e educador social. Entretanto, para acessar tais serviços, é necessário atender a uma série de requisitos, dentre eles, ter sido primeiramente atendido pelo Centro de Referência LGBT+. Isso burocratiza e obstaculiza o acesso para a população LGBTQIAPN+ que vive em situação de vulnerabilidade extrema.

#### **PROPOSTAS:**

1. Construir e implementar um plano municipal de enfrentamento ao trans feminicídio e aos homicídios contra pessoas LGBTQIAPN+, incluindo capacitação de profissionais de segurança, saúde e assistência social, que atuam diretamente com vítimas de violações e abusos.
2. Ampliar o número de Casas de Acolhimento, a partir de um processo de diálogo com os movimentos sociais, garantindo a plena participação e o acesso aos equipamentos e serviços de cuidado e acolhimento.
3. Construir um Centro de Atendimento Especializado para crianças, adolescentes e seus familiares vítimas de violências LGBTQIAPN+fóbicas, com apoio psicológico e psiquiátrico, apoio jurídico, capacitação profissional e orientação sobre a disponibilidade dos serviços de saúde e educação.
4. Estabelecer mecanismos de garantia de ingresso e atendimento de qualidade para toda a população LGBTQIAPN+ em todos os estabelecimentos de saúde do Recife, além do fornecimento de medicação hormonal de forma suficiente e adequada.
5. Ampliar o número de ambulatorios voltados para a população LGBTQIAPN+.
6. Incluir a população LGBTQIAPN+ nas políticas de redistribuição de renda, e destinar cotas para mulheres transexuais e travestis nos programas voltados para as mulheres, a exemplo do Programa Emprega Mulher (Governo Federal) e do Programa Transcidadania (São Paulo).

7. Incluir os quesitos de identidade de gênero, nome social e orientação sexual, em todos os formulários para acesso a políticas e serviços municipais.
8. Assegurar representação da população LGBTQIAPN+ no órgão municipal responsável pelas políticas para esse segmento e incentivar a sua contratação em empresas terceirizadas que tenham contrato com a prefeitura do Recife.

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Recife é a capital brasileira com a maior porcentagem de pessoas com deficiência, sendo aproximadamente 11% de sua população total, o que equivale a 182 mil pessoas. Em contrapartida, pode-se afirmar também, que Recife é a capital onde há mais pessoas com deficiência fora do ambiente educacional e fora do mercado de trabalho. Ainda faz parte da cultura das cidades entender acessibilidade somente como rampa e corrimão de passagem, sem aprofundar o debate sobre o isolamento social e sobre as dificuldades em acessar efetivamente os equipamentos de lazer, saúde, educação, cultura, trabalho e segurança da cidade. O capacitismo e a falta de autonomia individual são os principais obstáculos na vida das pessoas com deficiência, tendo em vista que os espaços públicos muitas vezes não contam com a estrutura mínima necessária para acolher as necessidades dessa população, inclusive o direito constitucional fundamental, que é o direito de ir e vir.

O capacitismo gera também grandes barreiras no processo de aprendizagem e formação intelectual, uma vez que as políticas de educação municipais não têm garantido a presença efetiva de intérpretes de libras nas salas de aula, nem a distribuição e manuseio de materiais adaptados em braille. Essas limitações atravessam diretamente a vida escolar de crianças e jovens com deficiência, resultando em um déficit na sua formação e na vida profissional, pois nos poucos casos em que a formação acadêmica é exitosa, o mercado de trabalho apresenta inúmeros fatores limitantes para a inclusão e permanência desses profissionais, seja no âmbito do trabalho formal, informal, público ou privado.

Quando desagregados os dados dessa população com as categorias de gênero e raça, a insuficiência das políticas públicas é bem mais gritante. Segundo dados divulgados sobre as violências contra pessoas com deficiência na cidade do Recife, no Boletim Epidemiológico (DANTS N°04/2023), da Secretaria de Saúde, durante os anos de 2013 a 2022, foram notificados 1.956 casos de violências contra esse segmento, apresentando um aumento linear de mais de 287% até o final desse período. Dentre esses números alarmantes, o sexo feminino representa mais da metade das pessoas agredidas, e pessoas pretas e pardas seguem sendo as mais vitimadas. Quase 40% compõem a faixa etária dos 20 aos 39 anos de idade, tendo na grande maioria sofrido violências dentro de suas próprias residências. No que se refere aos agentes da agressão, a violência autoprovocada e as tentativas de suicídio estão no topo da lista, reforçando a necessidade de um olhar mais cuidadoso para as questões da saúde mental dessa população.

Apesar da existência de leis municipais que, em tese, deveriam impulsionar, elevar e assegurar o acesso aos serviços, aos equipamentos e espaços comuns da cidade, sabe-se que ainda não estão garantidos os direitos básicos às pessoas com deficiência. É preciso

ampliar e qualificar as políticas voltadas para esse segmento, assegurando o acesso aos direitos e ao suporte mínimo necessário, com plena participação social.

#### **PROPOSTAS:**

1. Formular e implementar um programa permanente de renda básica municipal que contemple as pessoas com deficiência e seus cuidadores e cuidadoras.
2. Estabelecer cotas de acesso para pessoas com deficiência às políticas públicas de habitação.
3. Ampliar o número de vagas para pessoas com deficiência nos estabelecimentos educacionais e nos serviços disponíveis nos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), incluindo a oferta de atendimentos específicos como fisioterapia e terapias ocupacionais, desenvolvimento de programas esportivos adaptados, considerando os tipos de deficiência, as diferenças de gênero e faixa etária, além da implementação de disciplinas curriculares que abordem as questões relacionadas a diversidade das pessoas com deficiência e campanhas educativas-formativas contra o capacitismo;
4. Assegurar o correto atendimento às pessoas com deficiência nos equipamentos públicos de educação, cultura e lazer, com acessibilidade física e comunicacional, assim como serviços de audiodescrição, intérpretes de libras e alertas de hipersensibilidade sensorial, contando com o suporte de profissionais específicos à disposição em todos os espaços de atendimento público.
5. Fortalecer e ampliar o órgão municipal responsável pela gestão das demandas e dos direitos das pessoas com deficiência, com orçamento e equipe técnica adequados, assim como garantir a realização de concursos públicos municipais para profissionais e professores da língua de sinais, com estratégias de valorização desses profissionais.
6. Assegurar, em parceria com Universidades Públicas, a formação permanente de novos tradutores e intérpretes.
7. Garantir que os concursos públicos municipais promovam a inclusão de professores de língua de sinais.
8. Assegurar que todos os novos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, assistência social), praças, parques sejam construídos atendendo às normas de acessibilidade, assim como promover, adaptação dos equipamentos públicos já existentes.

#### **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA**

A própria história do Recife se confunde com os temas da participação social e da organização do povo. Foi através de movimentos políticos, sociais e culturais que os recifenses promoveram debates em todo o país sobre o nosso direito de participar das decisões e dos rumos da cidade em que vivemos. Desde a década de 50, vimos na institucionalidade a gestão do prefeito Pelópidas da Silveira fomentar a organização comunitária, através de associações de bairros que foram fundamentais para a aprovação de inúmeros projetos atendendo os mais pobres na Câmara de Vereadores. E foi com essa mesma estratégia que Miguel Arraes conduziu a sua primeira gestão na prefeitura do Recife.

Os prefeitos que os sucederam entenderam que não seria possível governar sem ouvir o povo. Jarbas Vasconcelos, na década de 80, desenvolveu o Programa Prefeitura nos Bairros (PPB), onde ia pessoalmente ao lado de seu secretariado participar de reuniões de escuta nas comunidades.

Cada prefeito, ao seu modo, bem ou mal, foi construindo estratégias para garantir a participação popular: a pressão dos movimentos sociais e das organizações populares impedia que esse tema fosse ignorado! Foi através dessa pressão popular que Recife construiu uma das mais importantes marcas na história da luta por moradia: a Lei do PREZEIS, que institui as Zonas Especiais de Interesse Social. Foi nesta lei, antes mesmo da Constituição de 88, que o Brasil reconheceu a importância do direito à moradia frente à propriedade. E foi também no debate das ZEIS que o primeiro projeto de lei elaborado pelo povo definiu espaços legais para a democracia no planejamento e execução da política urbana de Recife.

Dentro desse contexto, em que tínhamos de um lado o desejo do povo recifense de participar da política e de outro a ascensão de projetos populares de esquerda, tivemos a primeira vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores para a prefeitura de Recife. E foi exatamente nessa gestão, a gestão de João Paulo, que um outro modelo de participação popular foi instituído: o orçamento participativo.

O OP foi uma das mais emblemáticas experiências democráticas que o Recife já teve. As experiências de construção institucional de espaços de participação popular também foram marcas das gestões do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, que em 2003 lançou a Política Nacional de Participação Social (PNPS), e institucionalizou uma série de conferências populares realizadas em nível municipal, estadual e nacional para a construção de planos setoriais de políticas públicas.

As gestões do PSB no Recife, com a justificativa da desburocratização das decisões e da busca de uma prefeitura empreendedora e supostamente eficiente, parecem ignorar ou não valorizar a importância da participação popular para a construção da democracia na nossa cidade e no nosso país.

Mesmo reconhecendo alguns avanços, como o projeto Conecta Recife, é preciso destacar que vivemos em um país que em 2023 registrou 29,4 milhões de pessoas sem qualquer acesso à internet, dos quais 58% são negros e negras e 93% pertencentes às classes D, E e C. (TIC Domicílios – 2023). Entre as pessoas que utilizam a internet, temos 58% que tem como meio exclusivo seus celulares, muitas vezes através de conexões pré-pagas, o famoso crédito, que representam um peso no orçamento de suas famílias. Dentro desse grupo, apenas 23% dessas pessoas se consideram capazes de instalar um aplicativo em seus aparelhos.

Estamos falando de uma população que enfrenta uma série de dificuldades financeiras, tecnológicas e sociais no acesso a redes sociais e é inaceitável que isso não seja debatido em um tema como este. Esses dados levantam para nós duas reflexões: 1) será que as pessoas que realmente vivenciam o Recife real participam dessas iniciativas? E 2) será que podemos chamar votações em whatsapp de participação social? Onde ficam os espaços para a

discussão, convencimento, construção de laços e reconhecimento entre moradores da mesma comunidade?

A exclusão digital não só é um reflexo da desigualdade socioeconômica, mas também contribui para seu agravamento. Entendendo a importância da participação social e política da população na definição dos rumos de nossa cidade, pretendemos retomar o Orçamento Participativo, em conjunto com as estratégias trazidas abaixo.

#### **PROPOSTAS:**

1. Ampliar e fortalecer os mecanismos de democracia participativa e popular, com a criação de uma política municipal de participação social.
2. Apoiar a atuação dos diversos conselhos municipais, assegurando as condições necessárias ao seu funcionamento (espaço físico, equipamentos, pessoal de apoio) e à realização das conferências municipais.
3. Valorizar as deliberações dos conselhos e conferências municipais no processo de elaboração do ciclo orçamentário da Cidade do Recife, a saber: PPA, 2026 – 2029 e respectivas LDO e LOA para cada ano do ciclo.
4. Criar um grupo interconselhos, para apropriação das principais deliberações dos conselhos e das conferências, com a finalidade de identificar as propostas para o PPA, investindo também numa concepção mais integralizante das políticas municipais.

#### **A CONSTRUÇÃO DO RECIFE COM A CARA DA GENTE É TAREFA DE TODAS E TODOS NÓS!**

Este Programa de Governo espelha a nossa intenção e o nosso compromisso de governar com participação e transparência, ouvindo as reais necessidades da população recifense. Buscamos assegurar que as demandas e propostas da nossa gente, trazidas nos vários diálogos que realizamos, fossem incorporadas ao longo deste documento.

O que nos guia é o sonho de construção de uma sociedade mais justa e igualitária e acolhedora, e para alcançar esse objetivo queremos implementar um projeto de cidade que seja pautado pela justiça social e pelo respeito a todas as pessoas.

A integração entre as dezenas de propostas apresentadas neste documento, expressa nosso desejo de enfrentar as desigualdades estruturais que marcam a realidade do Recife e garantir que cada recifense tenha acesso a direitos sociais básicos e a oportunidades dignas. A busca por um Recife mais justo passa pelo reconhecimento das necessidades específicas de cada grupo social e pela implementação de políticas que assegurem igualdade de condições, além do combate a todas as formas de discriminação.

Nosso programa visa não apenas a melhoria das condições de vida, mas também a construção de uma cidade mais participativa, onde todas as pessoas possam ser ouvidas e acolhidas em suas demandas e sugestões. Reafirmamos nosso compromisso com um desenvolvimento sustentável que respeita o meio ambiente e promove uma economia inclusiva e diversificada, sem perder de vista o enfrentamento às mudanças climáticas e ao

racismo ambiental. Compreendemos a importância de uma abordagem que não apenas mitigue os impactos das mudanças climáticas, mas também combata as desigualdades que, frequentemente, amplificam as vulnerabilidades das comunidades já marginalizadas.

Recife é a capital brasileira mais ameaçada pelo avanço do nível do mar, e a 16ª do mundo mais susceptível aos impactos das mudanças climáticas. É fundamental que nossa cidade esteja preparada para enfrentar os desafios ambientais e climáticos de forma socialmente justa e que as soluções adotadas não reproduzam nem aprofundem as desigualdades já existentes. Integrar esforços em todas essas áreas é primordial para que possamos pavimentar o caminho para um Recife onde a dignidade humana e a equidade sejam não apenas vontades, mas fundamentos concretos da nossa ação governamental.

A participação ativa da população e o engajamento com cada setor da sociedade são essenciais para a realização dos objetivos aqui expressos. Nossa meta é criar um governo participativo, democrático e acessível, que valorize a pluralidade, a diversidade e que empenhe seus esforços na construção de uma cidade mais igualitária, onde cada pessoa possa caminhar para um futuro melhor, coletivamente.